

# Os neocruzados: a guerra no Afeganistão e a nova ordem mundial

*Alvaro Bianchi*

*Professor de Teoria Política da Universidade  
Metodista de São Paulo*

Ao final do capítulo introdutório de sua obra *Era dos Extremos*, o historiador inglês Eric Hobsbawm emitiu um lamento: “o velho século não acabou bem”.<sup>1</sup> Nem o mais cético dos analistas conseguiria afirmar o quão mal começaria o século XXI. Embora a proximidade dos acontecimentos do dia 11 de setembro, muito já foi dito e escrito a respeito, nem sempre seguindo os sábios conselhos da prudência. Do que afirmado até então parece se estabelecer o consenso de que estamos perante uma mudança histórica. A imagem dos brutais ataques às torres do World Trade Center poderá ser, até mesmo, substituída por imagens de acontecimentos ainda mais trágicos. Sabe-se lá que surpresas o futuro nos reserva... Mas, sem dúvida, o evento inaugural de nosso século marcará de maneira indelével o que está por vir, para o bem ou para o mal.

Imperialismo. O termo, que foi exilado do vocabulário da esquerda durante a década de 1990, ganha agora renovada capacidade explicativa. Como explicar essa coincidência temporal entre crise econômica e guerra sem lançar mão dele? Como interpretar os amplos movimentos da diplomacia norte-americana, seguidos, como sempre, por amplos deslocamentos militares, sem essa categoria?

Quando escrevemos este artigo, o mundo, apreensivo, acompanha o desenrolar de um conflito militar em larga escala, as ameaças conta o Iraque e a tentativa de constituir um governo de coalizão no Afeganistão, sob a tutela militar do imperialismo. Em suas estabanas declarações iniciais, o presidente George W. Bush classificou as ações norte-americanas como uma “cruzada contra o terrorismo”. Aconselhado por assessores, preocupados com a repercussão da afirmação no mundo árabe, abandonou, devidamente, a expressão. Mas na sua xenófoba e ingênua ignorância o presidente dos Estados Unidos utilizou uma analogia que pode ser útil para a compreensão da guerra atual.

<sup>1</sup> Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 26.

Vale lembrar. As Cruzadas, muito embora tivessem explícitos objetivos religiosos, não eram apenas um choque de civilizações pré-huntingtoniano. Elas faziam parte do processo de ascensão e expansão do nascente capitalismo mercantil, com suas novas e vigorosas forças sociais. Suas conquistas mais duradouras foram a reconfiguração econômica, política, e, por que não, cultural do mundo, ou pelo menos da pequena porção que ficava no entorno do Mediterrâneo.

Os resultados são conhecidos. Com a vitória na Primeira Cruzada, iniciada em 1096, as cidades italianas e, em menor medida às da Catalunha e Provença, garantiram o domínio do Mediterrâneo Oriental e asseguraram, pela primeira vez, o superávit comercial com relação à Ásia. Em 1293, o porto de Gênova recolhia, a título de taxas marítimas, “três vezes e meia a mais do que todo o rendimento real da monarquia francesa”.<sup>2</sup>

A nova Cruzada promovida pelos Estados Unidos guarda assim semelhanças com a anterior, que podem ser resgatadas para permitir uma apreensão mais completa da presente situação. Ela é, também, uma tentativa de reconfiguração econômica, política e cultural do mundo contemporâneo. Tem portanto, uma dimensão muito maior do que aquela que se encontra explícita: o combate ao terrorismo.

A analogia, é, portanto, pertinente. Mas além das diferenças gigantescas, resultado de cerca de nove séculos de decantação histórica, há uma que queremos ressaltar: enquanto a antiga cruzada era parte de um impulso hegemônico de um jovem e vigoroso capitalismo mercantil, a moderna cruzada é expressão da crise orgânica da ordem mundial capitalista.

### Crise orgânica = crise econômica + crise política

Determinadas expressões, cuja trajetória na mídia mundializada experimenta um processo simultâneo de consagração e saturação, tornaram-se tão familiares aos ouvidos e às mentes ocidentais que parecem carregar consigo o atributo da naturalidade. É o caso da “ordem mundial”. Mas, afinal de contas, como apreender tal “ordem”, sem permitir que o feitiço das “trocas internacionais” apodere-se do essencial, deslocando a análise política para um plano residual? Tratada comumente como objeto, reduzida à discussão a respeito dos mercados e dos investimentos, quantificada e estudada como um fenômeno transparente, quase contábil, a “ordem mundial”, contudo, deve ser tratada, antes de qualquer coisa, como um processo. Processo esse que têm suas raízes mais profundas nos acordos responsáveis pelo redesenho do mundo do pós-Segunda Guerra Mundial.

<sup>2</sup> Perry Anderson, *Passagens da antiguidade ao feudalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1992, p. 188. Ver, também, Henri Pirenne, *História econômica e social da idade Média*, São Paulo, Mestre Jou, 1963, pp. 31-44.

Não pode existir uma “ordem” sem uma institucionalidade que a organize, ao mesmo tempo em que a solidifique e a potencialize. Tal institucionalidade repousa sobre a ordem constitucional construída no pós-guerra em torno de arranjos econômicos, políticos e militares: os acordos de Bretton Woods, com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional; os acordos de Yalta e Potsdam, certidão de nascimento da Organização das Nações Unidas; e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e do Pacto de Varsóvia.

Gestada entre os anos de 1943 e 1947, esta institucionalidade estava baseada no acordo estratégico existente entre o imperialismo e a União Soviética e no esforço comum para construir uma ordem mundial na qual a estabilidade econômica tinha como pressuposto a estabilidade política. A contribuição de Moscou para essa nova ordem foi fundamental. No imediato pós-guerra utilizou os partidos comunistas nacionais e seu prestígio oriundo da derrota do nazismo para conter o ascenso revolucionário que sacudia a Europa.<sup>3</sup> Os impressionantes níveis de crescimento dos países imperialistas no pós-guerra tiveram como pressuposto o exílio dos conflitos sociais para a periferia do sistema com a colaboração da burocracia stalinista.

A estabilidade política e o crescimento econômico nos Estados Unidos, Europa e Japão foram as características mais marcantes da ordem mundial, até por volta do final da década de 1960, quando a articulação de três processos em escala mundial atingiu de maneira decisiva os mecanismos econômicos, políticos e militares montados pelo imperialismo e pela burocracia soviética no período anterior, desarranjando assim a “ordem”: a crise econômica; o processo de descolonização e o surgimento de um nacionalismo terceiro-mundista; e o ascenso das lutas da classe trabalhadora no interior dos países imperialistas e do Leste europeu.

O controle sobre as decisões centrais – incluídas aí, as decisões sobre o governo da economia – escapavam das mãos da burguesia e da burocracia soviética. Uma após a outra as instituições do pós-guerra foram abaladas, questionadas, esvaziadas, reformuladas. Não é aqui o lugar para desenvolver este tema em profundidade. Para nossos objetivos basta afirmar que a presente crise econômica e política mundial encontra suas raízes nesse processo secular. A conjuntura atualiza as formas da crise, dando-lhe novos contornos.

Contornos agudos, como no presente. Com o anúncio do índice negativo do PIB norte-americano no terceiro trimestre de 2001, explicitou-se aquilo que já vinha sendo anunciado há muito. A crise econômica chegou aos Estados Unidos, atingindo o centro da economia mundial. Analistas não

3 Para o difícil processo de contenção dos processos revolucionários no imediato pós-guerra ver Pierre Broué, “O fim da Segunda Guerra e a contenção da revolução”, in Osvaldo Coggiola, *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*, São Paulo, Xamã/FFLCH-USP, 1995.

comprometidos com a propaganda norte-americana já haviam alertado para a gravidade da crise da economia mundial desde o colapso das bolsas asiáticas, em 1997.

Entre julho de 1997 e julho de 1998, as ações caíram entre 50% e 75% em quase todos os países do mundo, com exceção da Europa e Estados Unidos.<sup>4</sup> Mas os níveis de produção e as altas taxas de lucro da economia norte-americana pareciam ter suportado a pressão externa, a ponto de Alan Greenspan, todo poderoso chefe do Federal Reserve, ter anunciado, em depoimento ao Congresso norte-americano, ser possível que tivessem ido “para além da história”, isto é, superado as agruras dos ciclos econômicos e atingido o crescimento perpétuo.<sup>5</sup>

Entretanto, muito antes do 11 de setembro já se sabia que o tal crescimento perpétuo era mais uma figura invertida na câmara obscura da ideologia do que imagem da realidade. Na verdade, o crescimento da economia norte-americana ficou sempre muito aquém da história, permanecendo sempre distante dos níveis de crescimento do próprio capitalismo norte-americano no pós-guerra. Na década de 1990, o crescimento da produtividade do trabalho, medida como Produto Interno Bruto por hora trabalhada, foi, em média de 0,7%, *menos de um terço da média do período 1950-1973*. As taxas de lucro na indústria não tiveram desempenho melhor, ficando também muito abaixo das médias do pós-guerra, apesar da crescente contenção salarial.<sup>6</sup>

Os primeiros sinais de que a crise econômica chegou à economia norte-americana foram emitidos pela queda dos índices da bolsa da “nova economia”, a Nasdaq. Seu índice caiu de 5.060, em março de 2000, para 2.552 em dezembro do mesmo ano, um declínio de quase 50%. Anunciava-se, assim, uma crise financeira no coração do capitalismo financeiro. Tal crise, traduziu a “impossibilidade de assegurar uma quantidade de capital para as condições de valorização que lhe são necessárias.”<sup>7</sup> O ponto mais vulnerável foi o primeiro a manifestar a crise. O crescimento desmesurado das ações de companhias ligadas à economia digital rapidamente produziu a percepção de que os créditos sobre tais atividades corriam o risco de não se materializar.

Esvaziada a bolha que havia realimentado a elevação dos lucros não-financeiros durante a segunda metade da década de 1990, foi a vez da

4 Robert Brenner, “A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão”, *Outubro*, São Paulo, n. 3, 1999, p. 7.

5 Alan Greenspan, *Statement by Chairman Board of Governors of the Federal Reserve System before the Joint Economic Committee*, Washington D.C., United States Congress, 10.06.1998

6 Robert Brenner, “The economics of global turbulence”, *New Left Review*, n. 229, may-jun. 1998.

7 François Chesnais, “Mundialização: o capital financeiro no comando”, *Outubro*, n. 5, 2001, p. 26.

indústria dar sinais de crise. No mês setembro de 2001, a produção industrial norte-americana caiu 1%, acumulando uma queda de 5,8% em doze meses. Quanto maior havia sido o crescimento da produção entre o quarto trimestre de 1999 e o mesmo período de 2000, maior foi o tombo. Assim, o setor de equipamentos de processamento de informação e correlatos, o mais cortejado pelos propagandistas da nova economia, que havia registrado uma elevação da produção de 23,1%, entre 1999 e 2000, caiu 6,4%.<sup>8</sup>

O impacto da queda da produção industrial no Produto Interno Bruto se fez sentir rapidamente. Muito embora o PIB norte-americano tenha crescido 4,1% em 2000, as taxas de crescimento caíram abruptamente: 5,7% no segundo trimestre; 1,3% no terceiro e 1,9% no quarto. A tendência à queda continuou a se manifestar em 2001: apenas 1,3% de crescimento no primeiro trimestre; e 0,3% no segundo. No terceiro trimestre deste ano aconteceu o que já era esperado, uma queda de 0,4% no PIB norte-americano, registrando o primeiro índice negativo desde a recuperação da economia em meados da década de 1980.<sup>9</sup>

Se bem não é possível deduzir a crise política da crise econômica, fica claro que entre elas há um vínculo profundo. A crise econômica criou um “terreno favorável” para a crise política na medida em que comprometeu as bases materiais para a construção do consenso e da legitimação da ordem burguesa. A absorção das demandas não antagônicas, necessária para a constituição desse consenso, torna-se, assim, um processo árduo e raramente completado de maneira eficaz. A crise econômica dificultou a possibilidade de construção de uma ordem mundial capaz de estabilizar a dominação imperialista, evitando explosões na periferia do sistema de dominação e a oposição em seus centros.

## Gastos militares e “adequação do ambiente”

O colapso da União Soviética foi o golpe fatal sobre uma ordem mundial há muito abalada. Eliminada a capacidade de contenção de seu parceiro estratégico, os Estados Unidos viram-se alçados, repentinamente à condição de potência única, justamente no momento em que seu poder econômico declinava. Mas o sonho de Ronald Reagan se transformou em um pesadelo. A explosão de guerras nacionais (Iugoslávia e ex-repúblicas soviéticas), étnicas e tribais (Somália, Ruanda e Burundi) e convencionais (Golfo Pérsico) dão o retrato mais cruel desse pesadelo. A emergência de um movimento antiglobalização que se desenvolveu, em grande parte à

8 Federal Reserve. *Statistical release*, g. 17, n. 419, supplement, 16.10.2001.

9 Bureau of Economic Analysis, *Overview of the Economy*, 31.10.2001, disponível em: <<http://www.bea.doc.gov/bea/glance.htm>>

margem das instituições tradicionais de organização/contenção dos movimentos sociais (Seattle, Montreal e Genova); de greves gerais e insurreições urbanas contra políticas econômicas neoliberais (Argentina e Equador) e de um movimento sindical ativo no interior dos países imperialistas (Alemanha e França), dão conta da presente instabilidade política.

A resposta dos Estados Unidos à crise orgânica, que se manifesta a partir do final da década de 1960, foi uma crescente expansão de suas capacidades repressivas. A *détente* de Richard Nixon, incapaz de solucionar a crise orgânica, deu lugar ao militarismo apocalíptico de Ronald Reagan.<sup>10</sup> Durante o governo deste último, a ampliação das capacidades militares norte-americanas, levada às últimas conseqüências, provocou um déficit orçamentário crescente, transformando os Estados Unidos em país devedor.<sup>11</sup> Com o colapso da União Soviética, no final da década de 1980, a política externa norte-americana foi questionada em seus fundamentos. Eliminado o parceiro/adversário estratégico que havia servido como ameaçadora referência durante décadas, ditando os volumes de gastos militares, não faltaram aqueles que afirmaram a possibilidade de recolher os “dividendos da paz”. Depois de ter canalizado parcelas significativas de seu PIB para os gastos militares durante o pós-guerra, os Estados Unidos poderiam, de acordo com vários analistas, reduzir o déficit orçamentário alimentado pela corrida armamentista levada a cabo pelos governos de Ronald Reagan e George Bush (o pai).

Quando Bill Clinton assumiu, em 1993, muitos analistas viram chegada a hora de reverter o unilateralismo agressivo dos republicanos e suas políticas orçamentárias, redefinindo novas estratégias e aprofundando o corte de gastos. Mas, quando o secretário de defesa Les Aspin anunciou a nova política orçamentária e estratégica, o *Bottom-Up Review* (BUR), começou a ficar claro que tal revisão nunca seria profunda.<sup>12</sup>

O *Bottom-Up Review* toma como ponto de partida três grandes eventos para definir a nova política de defesa norte-americana: a queda do Muro de Berlim, em 1989; a invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, e o fracasso do golpe na União Soviética, em 1991. Tais eventos marcavam o fim do espectro soviético que havia assombrado a política de defesa dos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial e a emergência de “novas ameaças” à política e à economia norte-americanas.

10 Para a passagem da *détente* à política agressiva de Reagan, ver Sebastião Velasco e Cruz, “Desencontros: o Brasil e o mundo no limiar dos anos 80”, *Primeira Versão*, IFCH/Unicamp, n. 88, nov. 1999.

11 Para a política externa norte-americana do período ver Fred Halliday, *The making of the Second Cold War*, Londres, Verso, 1986.

12 Les Aspin, *Report on the Bottom-Up Review*, Washington D.C., Department of Defense, 1993, disponível em <<http://www.fas.org/man/docs/bur/index.htm>>

Mas, tendo definido uma conjuntura favorável a seus interesses, a política externa norte-americana vislumbra o início de uma era de “novas oportunidades”. Tal era a contrapartida das “novas ameaças”. Segundo o documento, “há a promessa de que possamos substituir o confronto Leste-Oeste da guerra fria, por uma era na qual a *comunidade de nações*, guiadas pelo compromisso comum com os princípios democráticos, a economia de livre-mercado e o domínio da lei, possa ser significativamente expandida.”<sup>13</sup> Na linguagem codificada do Partido Democrata de Bill Clinton, comunidade de nações não é mais do que um eufemismo para o domínio norte-americano, como fica claro na seguinte afirmação: “Uma contínua boa vontade da parte dos Estados Unidos para agir como parceiro da segurança e líder será um importante fator na sustentação da cooperação em muitas áreas. Nossa estratégia, por isso, prevê que os Estados Unidos permanecerão o *principal* parceiro da segurança da Europa, Ásia Oriental, Oriente Próximo, e Sudoeste Asiático”.<sup>14</sup>

Para o governo norte-americano, o domínio militar é uma ferramenta para alavancar a preponderância econômica sobre o chamado Terceiro Mundo, mas também para garantir seu predomínio sobre as demais potências imperialistas: “nossos aliados devem ser sensíveis aos vínculos entre um compromisso sustentável dos Estados Unidos com a segurança deles por um lado, e, do outro, suas ações em áreas tais como política comercial, transferência de tecnologia e participação em operações multinacionais de segurança.”<sup>15</sup>

A utilização da força militar como moeda de troca, pura chantagem, torna-se explícita quando o secretário de Defesa afirma que “poder militar sustenta e é sustentado por poder econômico e político. Da mesma maneira, relações de segurança sustentam e são sustentadas por relações comerciais. Não podemos esperar melhorar nossas relações comerciais ou nossa posição comercial com os nossos aliados se abandonamos nossas relações de segurança.”<sup>16</sup>

As relações econômicas com as demais potências imperialistas, pois são estes, a rigor, os aliados, encontram-se mediadas pelo poderio militar norte-americano que lhe garantiria acesso privilegiado a mercados e recursos estratégicos. Os alvos são, certamente o Japão e a Alemanha (União Européia), os principais competidores no mercado mundial.<sup>17</sup>

13 *Idem* (grifos nossos).

14 *Idem* (grifos nossos).

15 *Idem*.

16 *Idem*.

17 Ver James Petras e Morris Morley, *Empire or republic? American global power and domestic decay*, Nova York Routledge, 1995, cap. 1 e 2. Para os recentes conflitos econômicos entre Estados Unidos, por um lado, e Japão

A ameaça militar se torna, assim, peça chave da política econômica externa norte-americana. A ordem mundial que nasce depois do colapso da União Soviética está longe dos sonhos do pluralismo liberal. Ao invés da livre interação das forças econômicas definirem os arranjos políticos existentes, é o poder coercitivo do Estado norte-americano que determina as regras do jogo econômico, subordinando as demais potências imperialistas (os tais aliados) e os governos dos países do Terceiro Mundo.

Ao mesmo tempo em que colocava os aliados sob seu tacão, o *Bottom Up Review*, na ausência de outro competidor global de força equivalente (*global peer competitor*), redefinia como objetivo a manutenção de forças militares suficientes para atuar, simultaneamente e sem aliados, em dois grandes conflitos regionais (*Major Theater Wars – MTWs*) da dimensão da Guerra do Golfo. A nova orientação também propunha a modernização do programa de defesa, batizada de Revolução nos Assuntos Militares (*Revolution in Military Affairs*) incorporando, gradativamente, novas e sofisticadas tecnologias bélicas.<sup>18</sup>

O espectro da União Soviética dava lugar à ameaça dos *Rogue States* (Estados delinqüentes), nações que colocadas à margem do sistema de dominação norte-americano, representariam sérias ameaças à ordem mundial. A lista de tais Estados incluiria Cuba, Irã, Líbia, Síria, Sudão, Iraque e Coreia do Norte, com especial atenção para estes dois últimos. A ênfase definia assim dois teatros de operações possíveis: o Nordeste e o Sudoeste asiáticos. Mas a desproporção existente entre os recursos militares dos Estados Unidos e aqueles dos *Rogue States* (ver tabela), denunciava que os verdadeiros adversários não eram esses Estados e sim Rússia e China.<sup>19</sup>

A estratégia foi aprofundada no *Quadrennial Defense Review* de 1997. Segundo o secretário de Defesa William Cohen: “forças dos Estados Unidos devem ser capazes de lutar e vencer duas *major theater wars* quase simultaneamente. Entretanto, enquanto o *Bottom-Up* enfocava primeiramente a dificuldade da tarefa, nos temos também, cuidadosamente, avaliado outros fatores, incluindo colocar grande ênfase na continua necessidade de manutenção da presença além-mar de modo a adequarmos o ambiente

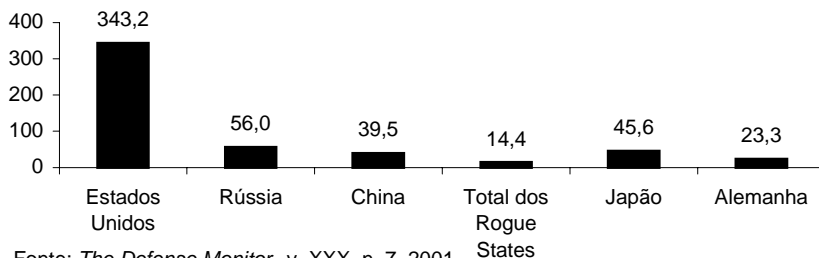
e Alemanha por outro, ver Fred C. Bergsten, “Estados Unidos: los dos frentes del conflicto económico”, *Foreign Affairs En Español*, may. 2001, disponível em <<http://www.foreignaffairs-esp.org>>.

18 Sobre o *Bottom Up-Review* e a estratégia de dois MTWs ver Gilbert Achcar, *La nouvelle guerre froide. Le monde après le Kosovo*, Paris, Presses Universitaires de France, 1999 e Nicholas Guyatt. *Another American Century?* Londres, Zed, 2000, pp. 114-176. Para a *Revolution on Military Affairs* ver a extensa lista de artigos e livros acessíveis em The Project on Defense Alternatives, *The RMA debate*, disponível em <<http://www.comw.org/rma/index.html>>.

19 Ver a esse respeito Gilbert Achcar, *Op. cit.*



## Gastos militares por países (bilhões de dólares)



Fonte: *The Defense Monitor*, v. XXX, n. 7, 2001.

Os dados são referentes a 2000, com a exceção do Iraque, referentes a 1999.

internacional e sermos mais capazes de responder à variedade de contingências de pequena escala e ameaças assimétricas.”<sup>20</sup>

Um mundo unipolar, mas também instável, na medida em que a capacidade de contenção da União Soviética havia sido enormemente reduzida, aumentava enormemente o leque possível de operações de defesa norte-americanas. Assim, incluía-se na estratégia de defesa não apenas a possível ameaça simultânea de duas potências regionais como também “contingências de pequena escala e ameaças assimétricas”, ou seja, ações rápidas em áreas consideradas estratégicas para configurar o ambiente de modo mais favorável aos interesses norte-americanos, atacar grupos “terroristas” e, por que não, evitar a eclosão de revoluções populares e a expansão de movimentos antiglobalização. Vale lembrar que o mesmo *Quadrennial Defense Review* apontava, como objetivo, além da defesa dos Estados Unidos e seus aliados, a garantia de “acesso irrestrito a mercados chaves, suprimentos de energia e recursos estratégicos”.<sup>21</sup>

Desse modo, a título de “adequar o ambiente internacional” intensificaram-se os programas militares de assistência, os contatos com as forças armadas de outros países, e os exercícios conjuntos, aumentando o lugar das forças armadas na política externa norte-americana. De acordo com

20 William S. Cohen. “The Secretary message’s”, in US Department of Defense, *Quadrennial Defense Review*, 1997, Washington D.C., 1997.

21 Bem mais explícito do que o documento do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, e inspirado na mesma lógica, o documento da Cúpula de Washington da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) chega a afirmar o seguinte: “Alguns países da área euro-atlântica e seus arredores enfrentam graves dificuldades econômicas, sociais e políticas. As rivalidades étnicas, religiosas, as disputas territoriais, a inadequação ou os fracassos dos esforços de reforma, as violações dos direitos humanos e a dissolução de Estados podem produzir instabilidades locais e, inclusive, regionais. As tensões resultantes podem desembocar em crises que afetem a estabilidade euro-atlântica, dar lugar a ao sofrimento humano e provocar conflitos armados”. Otan, *Guia completa de la cumbre de Washington*, 23-25 abril 1999, disponível em <<http://www.nato.int/docu/rdr-gde/rdr-gde-sp.pdf>>..

Carl Conetta e Charles Knight pesquisadores do Commonwealth Institute, “o papel das forças armadas norte-americanas na política externa nacional não retrocedeu um passo com o declínio da ameaça global soviética. Em alguns aspectos, ela, até mesmo, expandiu-se, assumindo funções que eram antes exclusiva responsabilidade do Departamento de Estado”.<sup>22</sup>

A volta dos republicanos ao poder nos Estados Unidos, aprofundou e explicitou tendências já presentes na estratégia democrata. Com o discurso beligerante e autoproclamatório que lhes é próprio, Condolezza Ricci, pouco antes de ser nomeada conselheira de Segurança Nacional, pelo presidente Bush, anunciou que as referências à “comunidade internacional”, dos democratas dariam lugar à defesa explícita do “interesse nacional” norte-americano.<sup>23</sup> Dentre esses interesses nacionais, encontravam-se, certamente, os econômicos. A política externa norte-americana teria como um de seus objetivos declarados “promover o crescimento econômico e a abertura política *ampliando o livre comércio e um sistema monetário internacional estável para todos os comprometidos com esses princípios, contando entre eles ao hemisfério ocidental, que, freqüentemente, foi descuidado como zona vital aos interesses norte-americanos.*”<sup>24</sup>

No *Quadrennial Defense Review* de 2001, apresentado, portanto, pelo governo de George W. Bush, a temática do “interesse nacional” é reforçada. Nele, a proteção dos interesses nacionais permanentes permanece como o objetivo das Forças Armadas dos Estados Unidos. Mas além do acesso a mercados e recursos estratégicos aparece aqui como objetivo a “vitalidade e produtividade da economia global”, ou seja, a globalização e o neoliberalismo como metas da política militar norte-americana.<sup>25</sup>

Para atingir seus objetivos, os Estados Unidos deveriam ser capazes, segundo o documento, de se defender; de dissuadir qualquer agressão ou coerção sobre regiões críticas; de derrotar agressões em dois grandes conflitos simultâneos; e, por último, *de conduzir um número limitado de operações de contingência de pequena escala.*<sup>26</sup>

O *Quadrennial Defense Review* de 2001 mantém e amplia a estratégia de dois conflitos regionais simultâneos, aumentando os possíveis centros

22 Carl Conetta e Charles Knight, “A New US Military Strategy: Issues and Options”, *Project on Defense Alternatives Briefing Memo*, n. 20, 21.05.2001, disponível em <<http://www.comw.org/pda/0105bm20.html>>

23 Condolezza Rice, “La promoción del interés nacional”, *Foreign Affairs En Español*, ene.-feb. 2000. Disponível em <<http://www.foreignaffairs-esp.org>>.

24 *Idem* (grifos nossos).

25 US Department of Defense, *Quadrennial Defense Review* 2001, *op. cit.*, p. 2.

26 *Idem*, p. 17.

de conflito com a inclusão do litoral Leste da Ásia, definido como a região compreendida entre o sul do Japão e a Austrália e o Golfo de Bengala, ou seja, a fronteira chinesa. Mas publicado logo após os atentados do dia 11 de setembro, o documento apresenta, também, um novo paradigma estratégico. Sai de cena um planejamento de defesa “baseado em ameaças” e entra em seu lugar um “baseado em capacidades”, enfocando mais *como* o adversário poderia atacar do que *quem* ele poderia ser ou *quando* uma guerra ocorreria.<sup>27</sup> Esse novo paradigma permitiria não só preparar os Estados Unidos para enfrentar ameaças de grupos “terroristas”, como também aumentaria sua eficácia em operações contra revoluções ou movimentos sociais.

O novo foco estratégico definido a partir de 1993 modificou substancialmente o tipo de operações nas quais os Estados Unidos têm se envolvido. Assim, muito embora o número de efetivos militares norte-americanos em outros países, antes da guerra contra o Afeganistão, fosse cerca da metade da média dos anos 1980, cresceu o número de nações nas quais os Estados Unidos mantêm presença militar. O número de exercícios conjuntos dobrou e o volume de pessoal continuamente empregado em operações de contingência triplicou, atingindo a cifra de 35 mil pessoas em dezembro de 2000.

É com base nesta nova estratégia que os orçamentos militares norte-americanos retomaram seu crescimento a partir de 1999. Mas vale ressaltar: a rigor, a diminuição inicial do orçamento de defesa norte-americanos, nos primeiros anos da década de 1990, manteve os gastos nos mesmos níveis da guerra fria. Se estabelecermos a média de gastos de modo a excluirmos a arrancada final da corrida armamentista sob o governo de Ronald Reagan, veremos que entre 1946 e 1979, a média anual do orçamento de defesa dos Estados Unidos foi de US\$ 329,7 bilhões de dólares constantes do ano fiscal de 2002 (ver tabela). Para o ano fiscal de 2002, a administração de George Bush havia requisitado US\$ 343,2 bilhões para o Pentágono. Antes dos atentados do dia 11 de setembro, portanto, o orçamento de defesa norte-americano para 2002 era superior à média dos anos da guerra fria!

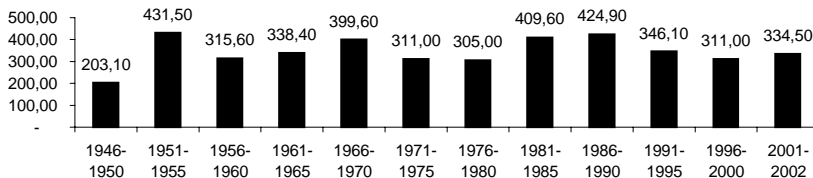
Assim, embora Democratas e Republicanos estivessem de acordo com a diminuição do déficit federal através dos cortes de gastos públicos, também estiveram de acordo em deixar o orçamento militar fora desses cortes. Não faltaram os críticos ao superdimensionamento extemporâneo das forças armadas que denunciaram, de maneira vigorosa, a inadequação dos elevados gastos aos modestos inimigos existentes depois do colapso da União Soviética.<sup>28</sup> Se pensarmos, entretanto, nos novos cenários que estão

27 Donald H. Rumsfeld, “Foreword”, in US Department of Defense, *op. cit.*, 2001, p. IV.

28 A lista é extensa, mas ver, a título de exemplo, Lawrence J. Korb, “Our overstuffed Armed Forces”, in *Foreign Affairs*, v. 74, n. 6, 1995.

## Orçamento de Defesa Nacional dos Estados Unidos

(Orçamento médio em bilhões de dólares  
constantes do ano fiscal de 2000)



Fonte: Médias calculadas a partir de dados do Center of Strategic & Budgetary Assessments (www.csbaonline.org)

sendo traçados pela política externa norte-americana veremos que mais do que uma inflação orçamentária o que existe é uma inflação de perigos.

### Poder militar e revolução passiva permanente

A nova cruzada levada a cabo pelo imperialismo norte-americano deve ser, portanto, interpretada no marco de sua renovada estratégia militar e do crescimento das despesas militares nos últimos anos destinadas a viabilizá-la. Esta não é uma guerra contra pequenos núcleos fundamentalistas, e sim uma ação imperialista para passivizar o mundo e expandir seu controle político e econômico sobre ele. Ou, parafraseando o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, uma guerra para “adequar o ambiente” e garantir a “vitalidade e a produtividade da economia global” em um contexto internacional marcado pela crise econômica e política.

“Se Osama Bin Laden não existisse seria necessário inventá-lo”, afirmou, poucos dias depois do atentado George Monbiot, no jornal *The Guardian*.<sup>29</sup> De fato, os atentados às torres do World Trade Center se transformaram no pretexto necessário para uma nova ofensiva econômica e política-militar norte-americana, uma resposta capitalista à crise do capitalismo. Daí a necessidade de condenarmos não somente a política externa norte-americana, mas os ataques terroristas que sacrificaram milhares de vidas de trabalhadores, unificaram as forças do imperialismo e colocaram na defensiva os movimentos antiglobalização.

A resposta norte-americana pressupõe muito mais do que eliminar Osama Bin Laden e se estenderá para muito além do Sudeste asiático. Certamente o inimigo declarado é mais “difuso” do que os Estados Unidos desejariam, como destaca o *Le Monde Diplomatique* em sua edição de outubro. Mas os objetivos são bem concentrados.

Conforme apontou Marco Cepik, em artigo publicado poucos dias antes do começo dos ataques, a estratégia dos Estados Unidos articula “1)

<sup>29</sup> George Monbiot, “The need for dissent”, in *The Guardian*, 18.09.2001.

Uma guerra de coalizão nucleada pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha contra o regime do Taliban no Afeganistão, com apoio local russo e paquistanês. 2) Uma escalada repressiva de alcance global contra o terrorismo, definido amplamente para incluir forças insurgentes e organizações criminosas.”<sup>30</sup>

Na primeira destas dimensões, o resultado, se favorável aos Estados Unidos, será uma maior presença norte-americana em uma região estratégica. Ao norte, o Afeganistão faz fronteira com as ex-repúblicas soviéticas do Turcomenistão, Uzbequistão e Tadjiquistão. A região, principalmente o entorno do Mar Cáspio, é rica em gás natural, petróleo e urânio, possuindo grandes reservas ainda inexploradas. É, também, área de passagem e entroncamento de oleodutos e gasodutos, ainda em fase de planejamento ou expansão, que permitiriam o acesso da China, Índia, Japão e da Comunidade Européia a esses recursos. Conforme alerta José Miguel Martins, “considerando-se que após a guerra do Kuwait foram os países com força militar na região que ganharam os contratos de reconstrução, então, talvez, a coalizão ocidental não seja restrita tão somente por razões ‘militares’”.<sup>31</sup>

Completam a região um *Rogue State*, o Irã; uma potência nuclear aliada, o Paquistão; e ao Leste, novamente ela, a China. Vale lembrar que ao incluir o litoral Leste asiático entre suas prioridades estratégicas o *Quadrennial Defense Review* de 2001 afirmava que “existe a possibilidade de um competidor militar com uma formidável base de recursos emergir na região”. O nome da tal potência não era mencionado, mas, evidentemente, era a China.<sup>32</sup>

Desde o início das operações os norte-americanos estão utilizando bases militares cedidas pelo Uzbequistão e pelo Tadjiquistão, com a complacência do governo de Vladimir Putin. O governo russo espera, com sua colaboração avançar em três frentes diferentes. Na frente comercial, vislumbrou a possibilidade de utilizar seu papel estratégico na região como alavanca para o ingresso rápido da Rússia na OMC e sua integração na União Européia. Na frente política interna, espera resolver definitivamente a questão chechena, para o qual já recebeu carta branca dos imperialismos ocidentais. Na frente política externa, os russos pretendem recuperar posições estratégicas perdidas, e participar de maneira subordinada, mas mais ativa, na criação de uma nova ordem mundial.<sup>33</sup>

30 Marco Cepik, “Contra-terrorismo como guerra de coalizão: riscos sistêmicos”, *Conjuntura Política*, n. 30, set. 2001, disponível em <<http://cevep.ufmg.br/bacp/030/02-wtc.htm>>.

31 José Miguel Martins, “O terror e a ‘justiça infinita’. Realinhamentos internacionais e o novo alcance da coerção extra-econômica”, *Conjuntura Política*, n. 30, nov. 2001, disponível em <<http://cevep.ufmg.br/bacp/031/07.htm>>.

32 *Quadrennial Defense Review 2001*, op. cit., p. 4.

33 “Suddenly, such good neighbours”, *The Economist*, 10.11.2001 e “From evil empire to strategic ally”, *Business Week*, 12.11.2001.

Mas, embora Putin tenha insistido para que a utilização de bases militares na Ásia Central seja regulamentada pela Comunidade de Estados Independentes, da qual a Rússia faz parte juntamente com outras ex-repúblicas soviéticas, foram realizados acordos diretos dos Estados Unidos com Uzbequistão e Tadjiquistão. Apesar das ambições de Putin e da volta da Rússia ao cenário da Ásia Central, da qual estava afastada desde a derrota no Afeganistão, os Estados Unidos apostam na transformação do Uzbequistão em uma força aliada regional.<sup>34</sup>

A consequência dessa aproximação inesperada entre Rússia e Estados Unidos pode ser, também, a neutralização de outro adversário poderoso. Rússia e China vinham se aproximando nos últimos anos e haviam assinado, em julho, o Tratado Sino-Russo de Boa Vizinhança e Cooperação Amistosa, contrariando interesses estratégicos dos Estados Unidos. O avanço russo na Ásia Central pode indispor ambos os países, afastando o perigo que representaria o acordo político e militar de duas potências nucleares.<sup>35</sup>

A segunda das dimensões apontadas por Cepik, a da “escalada repressiva contra o terrorismo”, revela o alcance da política imperialista. Definindo terrorismo em um sentido amplo, incluem-se nessa categoria todos os Estados que se colocarem à margem do sistema de dominação imperialista, seja lá por que motivos, bem como todos os movimentos de contestação e oposição a ele. “Adversários assimétricos”, no jargão do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Esta é uma rubrica feita sob medida para ser preenchida com o inimigo de ocasião.

Coube a Robert Zoellick, chefe da delegação dos Estados Unidos na conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), tomar a iniciativa e começar a deixar as coisas mais explícitas. Em discurso realizado duas semanas após os atentados, Zoellick afirmou: “a seleção de objetivos de nosso inimigo – a Casa Branca, o Pentágono e as World Trade Towers – reconhece que o poder e a luz da América emana de nossa política, segurança e vitalidade econômica. Nossa contra-ofensiva deverá confirmar a liderança dos Estados Unidos em todos esses fronts.” De acordo com Zoellick, os antigos inimigos já haviam apreendido que os Estados Unidos eram o “arsenal da democracia”, agora os inimigos conhecerão o poder econômico norte-americano: “Força econômica – em casa e fora – é a fundação do poder duro e brando dos Estados Unidos. Enfim, a liderança norte-americana em promover o sistema comercial e econômico internacional é vital”.

34 Nina Bachkatov, “Porquai Moscou a saisi la balle au bond”, *Le Monde Diplomatique*, nov. 2001, p. 14.

35 Marco Cepik, *op. cit.* e José Miguel Martins, *op. cit.*

Comércio, conclui Zoellick, “é mais do que eficiência econômica. Ele promove valores no coração desta prolongada luta”.<sup>36</sup>

A artilharia pesada de Zoellick também se dirigiu contra o movimento antiglobalização. Em seu discurso, afirmou que sendo os terroristas contrários às idéias defendidas pelos Estados Unidos, é natural supor que eles teriam conexões “com outros que têm utilizado a violência para atacar as finanças internacionais, a globalização e os Estados Unidos”. E ameaçador afirmou, “Este presidente [George W. Bush] e esta administração lutarão por mercados abertos e livre comércio. Não seremos intimidados por aqueles que têm tomado as ruas para acusar o comércio – e os Estados Unidos – pelos males do mundo.”<sup>37</sup>

O representante norte-americano em Doha não foi o único a atacar os movimentos antiglobalização. Em discurso realizado no Instituto Internacional de Economia, Greenspan dedicou-se a combater os argumentos de movimentos sociais para concluir que “a globalização é uma iniciativa que pode disseminar mundialmente os valores da liberdade e do contato civil – a antítese do terrorismo”.<sup>38</sup> A falsa identidade construída por Greenspan entre globalização e liberdade tem sua contrapartida naquela estabelecida entre resistências contra a globalização e terrorismo.

A declaração de guerra contra os movimentos antiglobalização ecoou também aqui no Brasil. Gustavo Franco, que quando presidente do Banco Central repassou o controle da política monetária brasileira para o Federal Reserve, reproduziu esse samba de uma nota só: “Será o terrorismo apenas um produto mais radical do caldo de cultura antiglobalização? Um protesto da parte dos ‘excluídos’ apenas equivocado quanto aos métodos de luta? Ou uma barbaridade perpetrada por um grupo de lunáticos? Independente do que faça o presidente Bush, o atentado deve nos proporcionar uma reflexão sobre os limites da ação política, e sobre esta estranha ‘liberdade para deprender’ de que desfrutam os movimentos antiglobalização”.<sup>39</sup>

A guerra comercial dá lugar à guerra de fato. Em meio à conferência da OMC os Estados Unidos colocaram na mesa de negociações, literalmente, suas armas. O recado é brutalmente direto: quem não estiver de acordo com suas diretrizes econômicas, arcará com as conseqüências. É o paradoxo do capitalismo em sua fase imperialista. A exploração da força de trabalho

36 Robert B Zoellick. *American trade leadership: what is at stake?* Washington D.C., The Washington International Trade Association/The National Policy Association, 25.09.2001, disponível em: <<http://www.npa1.org/aid/zoellick.asp>>.

37 *Idem*.

38 Alan Greenspan, “A globalização pode semear pelo mundo valores da liberdade, antítese do terrorismo”, *O Estado de S. Paulo*, 28.10.2001.

39 Gustavo Franco, “Terror e (anti)globalização”, *O Estado de S. Paulo*, 16.09.2001.

livre e a expropriação da mais-valia no próprio processo produtivo, que definem o próprio capitalismo, cedem gradativamente lugar ao trabalho compulsório e a mecanismos de apropriação extra-econômica. Ao invés de ir “além da história”, o imperialismo nos leva a quem do presente.

A idéia de que a mundialização do capital colocou em xeque o Estado-nação não faz, assim, o menor sentido. Vale lembrar que até mesmo vozes da esquerda compraram essa idéia. Eric Hobsbawm, por exemplo, chegou a afirmar que “o mundo mais conveniente para os gigantes multinacionais é aquele povoado por Estados anões, ou sem Estado algum”.<sup>40</sup> O mundo mais conveniente para o poder das multinacionais é aquele no qual a hegemonia se encontra encouraçada pela coerção, a ordem econômica encontra-se amparada pelo poderio político e militar dos Estados. “Microsoft ou Goldman Sachs não poderão enviar porta-aviões e F16s ao Golfo para perseguir Osama Bin Laden; somente os militares poderão”, afirmou, com razão, Francis Fukuyama, logo depois de despertar, juntamente com Alan Greenspan, do sonho do “fim da história”.<sup>41</sup>

A hegemonia que a política externa dos Estados Unidos afirma está muito longe de representar uma renovada capacidade de direção política e ideológica. Muito mais restrita do que isso, ela se afirma, substancialmente pela coerção. É reiniciado, assim, o processo de construção de uma nova ordem mundial que nunca encontra seu ponto de equilíbrio. E nem poderia. Tendo como pressuposto a unilateralidade do mais forte, ela é incapaz de articular um consenso espontâneo construído em base a acordos e concessões, como a social-democracia européia quer. Na ordem do capital, a idéia de hegemonia plena, hegemonia no sentido gramsciano de direção ético-política, é descabida. Mais adequado seria falar de uma *revolução passiva permanente*, ou seja, um processo contínuo de construção de uma ordem mundial não inclusiva, no qual o uso da força se articula com a corrupção e a fraude com o objetivo de desmobilizar e fragmentar qualquer oponente.

O desafio da esquerda é, justamente, desarticular essa revolução passiva. É impedir a reconstrução dessa reconfiguração econômica, política e espacial do mundo levada a cabo pelos cruzados do neoliberalismo. É contrapor à política global do imperialismo a política mundial dos explorados. É impedir que o novo século comece pior do que terminou o século anterior. Uma derrota dos Estados Unidos e de seus aliados no Afeganistão é chave para tal.

40 Eric Hobsbawm, *op. cit.*, p. 276. Ver a esse respeito a bem articulada crítica de Leo Panitch, “The new imperial State”, *New Left Review*, n. 2 (second series), mar. 2000.

41 Francis Fukuyama, “Francis Fukuyama says Tuesday’s attack marks the end of ‘America’s exceptionalism’”, *Financial Times*, 15.09.2001.